

Norma confunde até Banco Central

*Ninguém se entende
quando o assunto
é despesa com
educação fundamental*

A lei manda, a burocracia exige, mas na vida real prefeitos, governadores, Tribunais de Contas, Banco Central, conselhos, secretarias e o Ministério da Educação não se entendem sobre algo que, aparentemente, é muito simples: definir o que são gastos com a educação fundamental.

“Não tem nada pior para um prefeito do que apresentar suas contas ao tribunal sem comprovar gastos com educação”, diz Antônio Jurandir Dognani, ex-prefeito de Fartura, 70 quilômetros ao sul de Santa Bárbara, embaixo do Trópico de Capricórnio. “Corre o risco de ficar inegável”, diz Dognani.

Ele relata sua experiência: “Aprendi, como prefeito, que ou você gasta dinheiro dizendo que é para educação ou acaba inegável. Sabe o que fiz? Instituí as pontes de escola. Construí a ponte e jogava as contas de cimento, pedra e mão-de-obra como despesas de educação.” Esse vale-tudo na contabilidade dos municípios tem origem na exdrúxula situação de que nem mesmo a burocracia encarregada da fiscalização consegue se entender sobre o que são gastos públicos com educação.

Na semana passada, o Banco Central (BC) deu um exemplo. Recuou diante dos protestos de Paulo Maluf, prefeito de São Paulo, numa discussão sobre as despesas educacionais na Capital.

A prefeitura paulistana é das que mais investem no ensino fundamental — o Tesouro Municipal sustenta um em cada três alunos da rede pública. Mas ao verificar as contas da administração Maluf em 1994, o BC concluiu que a prefeitura gastou R\$ 65,8 milhões a menos do que deveria ter gasto com educação, segundo os critérios da Constituição.

Pelas contas do BC, as despesas de Maluf no ensino básico foram de

R\$ 345,2 milhões naquele ano, quando deveriam ser R\$ 411 milhões. A diferença levava Maluf para a galeria dos governantes que descumpriram a Constituição. Com todas as consequências políticas possíveis.

O BC mandou essa informação ao Senado, em novembro, classificando-a como um fator de restrição a ser ponderado no exame do pedido de autorização para rolagem da dívida de São Paulo. Maluf pretendia rolar 98% da dívida municipal.

O prefeito protestou. Argumentou que o Tribunal de Contas do Município aprovou suas contas e constatou um investimento em educação equivalente a 30% do orçamento municipal, como determina a Constituição estadual.

No meio da semana passada, o Banco Central surpreendeu o Senado. Apresentou um inédito pedido de retificação de seu parecer sobre a rolagem da dívida municipal de São Paulo.

Evitou afirmar se estava certo ou errado na avaliação das despesas de Maluf com a educação fundamental. Limitou-se a solicitar que os senadores reconsiderassem sua análise sobre esse item das contas do prefeito. E, assim, o Senado autorizou a rolagem da dívida.

Projeto cultural — As respostas do tribunal às mais recentes consultas de prefeitos sobre gastos educacionais demonstram que cada órgão público fiscalizador tem critérios próprios — o que torna quase tudo possível e legítimo.

Recentemente a prefeitura de Salésópolis, cidade de 12 mil habitantes, a menos de cem quilômetros da Capital, resolveu usar o dinheiro do ensino fundamental para restaurar um museu, realizar um “projeto cultural” e distribuir bolsas de estudo para alunos do terceiro grau em escolas particulares. Perguntou ao tri-

bunal se podia e recebeu um “sim”.

Guararema e Araras consultaram sobre aplicação do dinheiro no “transporte” e no “auxílio financeiro” aos alunos. “Não há impedimento”, respondeu o tribunal. Já Cabralia Paulista quis debitar a construção de “centros de lazer” no orçamento educacional. Foi liberada.

O Conselho Estadual de Educação discorda: “É claro que asfalto, ponte e merenda são coisas necessárias, mas é preciso ficar claro que isso não é ensino”, pondera Francisco Cordão, presidente do conselho. “Falta uma lei definindo os gastos com educação, isso está previsto na Constituição estadual, mas até hoje a Assembléia Legislativa não produziu a lei necessária.”

No Legislativo, alguns projetos foram feitos, mas sucumbiram à pressão discretamente organizada pelos prefeitos. Afinal, trata-se de um embate político sobre a vinculação de um terço da arrecadação anual de impostos de todos os 625 municípios paulistas.

No vácuo, o Conselho Estadual de Educação decidiu editar, no último semestre, uma espécie de cartilha sobre o que são gastos com o ensino fundamental. “Não temos poder de coerção, só podemos esperar que os órgãos fiscalizadores e os prefeitos levem em conta”, diz o presidente do conselho. “Os prefeitos, de forma geral, se sentiram atingidos, mas alguns, mesmo sob protesto, já indicaram disposição de mudar o perfil de suas despesas com ensino.”

Nos governos federal e estadual acredita-se que a solução é a total transferência das escolas públicas de educação fundamental dos Estados para os municípios. Nos próximos dias, o Congresso deverá votar uma proposta do Ministério da Educação de reforma no ensino básico que cria condições favoráveis para esse processo de municipalização. (J.C.)

T RIBUNAL
PERMITE
QUASE
TUDO